



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Administração

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/PMT/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/PMT/2019

1 – OBJETO

AQUISIÇÃO DE TOLDOS COM ESTRUTURA EM FERRO GALVANIZADO E COBERTURA EM LONA, PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

2 – CONTRATADA

LORENA DA PALMA ME - ITAPEMA TOLDOS inscrita no CNPJ sob o número 02.243.625/0001-00, estabelecida na Rua 462 nº 325, Jardim Praia Mar, cidade de Itapema-SC, CEP: 88.220-000.

3 – DO VALOR

O valor será no total de **R\$. 12.000.00 (Doze mil reais).**

4 – PRAZOS E LOCAL

Todos os toldos, com devida instalação, devem ser entregues na E.E.F “Madre Sabina”, localizada na Estrada Geral do Timbé (área rural), de acordo com as condições e especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

Os toldos devem ser instalados em perfeitas condições, demonstrando que são novos, contendo as especificações acima mencionadas.

O Toldo de parte de trás deve ser instalado incluindo a instalação da calha para o telhado mais baixo.

Em caso de proibição da instalação dos toldos, por estarem em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à Contratada, devendo esta providenciar com a máxima urgência a sua substituição ou adequação ao edital.

5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de validade do contrato será até 31 de dezembro de 2019, sendo tal prazo improrrogável.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Administração

6. DA EXECUÇÃO E DO MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Todos os serviços serão prestados de maneira a satisfazer as necessidades da Contratante, na forma estabelecida na solicitação de compra e de acordo com o presente Termo de Referência. As quantidades dos serviços são aquelas especificadas na Solicitação de Compra, não havendo qualquer possibilidade de aumento do quantitativo.

7. CONDIÇÕES DE VALIDADE DA PROPOSTA E PREVISÃO DE POSSÍVEIS REAJUSTES

A presente proposta se destina, exclusivamente, ao ano letivo de 2019, não podendo ser prorrogada para os próximos anos letivos.

Havendo necessidade de aumentar ou diminuir os quantitativos durante o período de vigência do referido contrato, tal providência será tomada, respeitando-se a legislação vigente e de maneira justificada.

Caso haja necessidade de reajuste nos preços praticados em face do presente processo de dispensa, a Contratada deverá apresentar documentos que comprovem tal necessidade, utilizando-se o índice de reajuste do IGP-M ou IPCA. No caso de haver desequilíbrio econômico-financeiro, haverá análise para possíveis revisões, tanto a maior como a menor, cabendo a análise pormenorizada dos documentos hábeis apresentados para avaliação da demanda.

5 - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante emissão de Nota Fiscal.

6- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da presente Dispensa de Licitação correrão por conta do orçamento de 2.019, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Cód. Red.	Unidade Orçamentária	Proj./Ativ.	Elemento Despesa
90	06.01	2.022	3.3.90.00.00.00.00.00

7 – DO CONTRATO

7.1 Da Alteração: O Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando o limite estabelecido no parágrafo primeiro do mencionado artigo, ou conforme o caso, os percentuais estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8666/93;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Administração

8 – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Tijucas/SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

9– DO FUNDAMENTO DA DISPENSA – JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação da empresa **LORENA DA PALMA ME - ITAPEMA TOLDOS** inscrita no CNPJ sob o número 02.243.625/0001-00, estabelecida na Rua 462 nº 325, Jardim Praia Mar, cidade de Itapema– SC, CEP: 88.220-000, com base no Art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 272/2019/PGM. Conforme preceitua o Art. 24, inciso II e Art. 23 inciso I e II, “a” da Lei 8666/93, é dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Art. 23. As modalidade de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I – para obras e serviços de engenharia:

a) Convite – até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

[...]

II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) Convite – até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Neste sentido, é entendimento do prejulgado nº 0689 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O valor limite para compras e contratação de serviços por dispensa de licitação com base no art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93, se refere ao respectivo objetivo da aquisição, não tendo direta correlação com o item orçamentário pela qual se dará aquisição.

A aquisição, mesmo por dispensa de licitação, requer prévia indicação e provisionamento orçamentário, além de existência de recursos financeiros.

A dispensa de licitação com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº 9.648/98, constitui-se exceção, estando vinculada à justificativa plausível e inoccorrência de parcelamento de uma mesma obra, serviço ou compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

**A administração deve planejar adequadamente as compras e contratações necessárias, evitando a necessidade de aquisições por dispensa de licitação.
(Prejulgado do TCE/SC nº 0689)**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Administração

Da orientação do TCU, Acórdão 682/2006, extrai-se:

“Realize pesquisa de preços, na contratação por dispensa de licitação, de maneira a cumprir a determinação contida no artigo 43, inciso IV, da Lei de Licitações, fazendo constar formalmente os documentos que integram o processo a informação sobre a equivalência de preços”.

Ainda a Decisão 253/1998, do TCU, disciplina:

“Deve objetivar contratações de serviço e aquisições de pequeno valor, de igual natureza, semelhança ou afinidade, realizadas por dispensa de licitação, fundamentada no inciso II, do artigo 24, da Lei 8666/93.”

Ademais, denota-se que o Contratado oferece nos termos de seu projeto preço compatível com os praticados no mercado, conforme verificado pela Administração.

O Contratado encontra-se constituído nos termos da legislação brasileira, apresentados as certidões no prazo de validade.

10 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Constata-se que o preço da empresa apresenta-se de acordo com o valor de mercado, sendo viável ao caso concreto, tudo conforme se desprende da documentação coligida aos autos.

Tijucas (SC), 05 de julho de 2019.

NEIDE MARIA REIS
Secretária Municipal de Educação